O PAPEL DO GESTOR ESCOLAR NO PROCESSO DE INCLUSÃO

Ademilson Vedovato Cavalcanti

Universidade do Oeste Paulista – UNOESTE. Mestrado em Educação, Presidente Prudente – SP.

RESUMO

Este trabalho aborda a importância do Gestor da Escola na Inclusão Escolar efetiva. O contexto enfatiza a inclusão educacional e a importância da escola e sua gestão no processo da educação para alunos com necessidades especiais na busca de uma melhor adaptação social. Os objetivos relacionados a esta pesquisa bibliográfica, incorpora o sistema escolar com sua gestão focada no papel inclusivo hoje ocupado pelas escolas, operando através de padrões que constituem uma função social à base do conhecimento repassando informações que constroem a socialização diante dos instrumentos que viabilizam o processo de cidadania, mudando e flexibilizando os padrões internos da escola para garantir a formação educacional de pessoas com necessidades especiais. Diante de tantas informações é de suma importância conhecer a organização escolar e o processo de aprendizado para os mesmos. O presente estudo primou por pesquisa bibliográfica, as quais servirão para explicar algumas hipóteses relacionadas ao papel do gestor na inclusão escolar.

Palavras - chave: Gestor, Inclusão Escolar, Gestão.

THE ROLE OF MANAGEMENT SCHOOL IN THE PROCESS OF INCLUSION

ABSTRACT

This paper discusses the importance of the School Manager in effective school inclusion. The context emphasizes the educational inclusion and the importance of the school and its management in the process of education for students with special needs in search of a better social adjustment. The objectives related to this literature, incorporates the school system with management focused on inclusive role now occupied by schools, working through patterns that constitute a social function-based knowledge transferring information that build on the socialization of the instruments that enable the process citizenship, changing and loosening the internal standards of the school to ensure the educational development of people with special needs. With so many information is of paramount importance to know the school organization and the learning process for them. The present study was conspicuous by literature search, which will serve to explain some hypotheses related to the role of the manager in the school inclusion.

Keywords: Manager, School Inclusion, Management.

INTRODUÇÃO

A sociedade cria uma geração que não tem limites, sendo estes por fatos relacionais, geográficos e culturais, mas que ao mesmo tempo, buscam o desenvolvimento de pessoas como cidadãos, com bastante rigidez às exigências de ordem moral e cultural.

Frente às mudanças sociais, a escola assume o papel gerenciador das diversas informações, assumindo o desafio de transformar as ideias e informações em conhecimentos e saberes. A instituição escolar como todas as outras, é um sistema que opera através de padrões que estabelecem e constituem sua função social, que está relacionada à construção de conhecimento, bem como, repasse de informações, socialização e instrumentalização para exercícios de cidadania, sendo capaz de mudar e flexibilizar seus padrões internos para garantir seu espaço social.

Nesse contexto as formas de realizar a inclusão têm ocorrido das mais diversas formas e o gestor escolar apresenta grande importância, sendo necessário que o mesmo busque uma atuação baseada na diversidade em consequência da liderança que exerce, pois todos que compõem este ambiente estarão seguindo e analisando suas ações. É importante salientar que o novo causa receios, e o gestor deve estar atento, encorajando todos os envolvidos para uma busca de novas práticas. MEC (2004) nos chama a atenção quanto ao suporte necessário aos educadores e gestores em prol de uma escola inclusiva.

É importante que o procedimento de acesso ao sistema de suporte disponível seja regulamentado pela escola, para evitar que o professor tenha que buscar ajuda apenas por iniciativa própria. A busca por iniciativa própria sobrecarrega o professor e deixa sem suporte o professor que não tem essa iniciativa. No primeiro caso, se fortalece a cultura de que a busca de soluções para problemas no ensino não é responsabilidade da gestão da escola, enquanto que no segundo, penaliza o processo de aprendizagem e o alcance dos objetivos reais da educação. MEC (2004 P. 23).

A Inclusão escolar de pessoas com necessidades especiais assume a cada ano, importância maior, dentro da perspectiva de atender às crescentes exigências de uma sociedade em processo de renovação e de busca incessante de conhecimento. Neste contexto faz-se necessário a discussão do assunto na busca de melhor entendê-lo. A inclusão de alunos depende de toda equipe escolar gestores, professores, equipe pedagógica e alunos, mas o gestor tem um papel muito importante, pois através de suas atitudes é que a equipe se espelhará e faz acontecer à inclusão e integração dos indivíduos com necessidade especiais. O presente trabalho teve como objetivo a realização de uma revisão bibliográfica a respeito da importância do gestor no processo

de inclusão, demonstrando a história desse processo e o gestor contribuindo para a criação de uma escola para todos.

METODOLOGIA

A metodologia ou percurso metodológico significa o caminho percorrido para que determinada pesquisa atinja seus objetivos. O Presente trabalho é resultado de uma pesquisa qualitativa, realizada através de revisão bibliográfica sobre o tema Inclusão escolar e o papel do gestor escolar nesse processo. Após os levantamentos e análises realizou-se a discussão e as possibilidades de possíveis intervenções no âmbito da gestão escolar.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO AOS ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS.

Segundo Mazzotta (2003) até o século XVIII as noções a respeito da inclusão de pessoas com necessidades especiais eram basicamente ligadas ao misticismo e ocultismo, não havendo bases científicas para o desenvolvimento de nações realísticas.

As ciências da natureza desenvolvem-se, a medicina ganha status científico, passando a fornecer explicações de todos os fatos que eram, até então determinados pela Igreja como verdades inquestionáveis. Fortaleceram-se as teses que explicavam as origens das deficiências em causas naturais, e não mais por fatores espirituais. A primeira explicação científica à condição de deficiência foi determinada com base na herança genética, como origem dos distúrbios físicos e intelectuais. Passou-se a acreditar que é uma condição inata, determinada geneticamente como traços inerentes aos sujeitos, descartando-se a possibilidade da mudança dessa condição. (FERNANDEZ, 2006)

Nesse contexto, são criadas no Brasil as primeiras instituições especializadas com objetivos e práticas semelhantes ao contexto europeu, com forte apelo assistencial. A aprovação da Lei de Diretrizes Educacionais - LDB Lei 9394/96 estabeleceu, entre outros princípios, o de igualdade e condições para o acesso e permanência na escola e adotou nova modalidade de educação para educandos com necessidades especiais (COLOMBO e WELTER, 2004, p.44).

Desse modo, as leis estimulam a formação de um cidadão participativo e responsável diante das demandas da sociedade. Também reconhecem a importância dos estabelecimentos de ensino e dos docentes, nessa função, quando determina a escola como *lócus* privilegiado da educação e oferece um crédito de confiança na competência técnica e política dos profissionais que nela atuam (NEVES, 1998).

No Brasil, a criança com necessidades especiais tem garantido por lei o seu acesso ao ensino regular, assim como a diferenciação curricular para casos específicos. As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica apresentam algumas vantagens do atendimento ao superdotado e uma política que valoriza o talento (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2001).

INCLUSAO ESCOLAR

A inclusão implica em mudanças da perspectiva educacional, pois não se limita aos alunos com necessidades especiais e aos que apresentam dificuldades de aprender, mas a todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral. Os alunos com necessidades especiais constituem uma grande preocupação para os educadores inclusivos, sabemos que a maioria dos que fracassam na escola são alunos que não vêm do ensino especial, mas que possivelmente acabarão nele (MANTOAN, 2006).

O direito à diferença nas escolas deteriora o sistema atual de significação escolar excludente, normativo, elitista, com suas medidas e mecanismos de produção da identidade e da diferença. Se a igualdade é referência, podemos inventar o que quisermos para agrupar e rotular. Se a diferença é tomada como parâmetro, não fixamos mais a igualdade como norma e fazemos cair toda uma hierarquia das igualdades e diferenças que sustentam a normalização. (MANTOAN, 2006).

O avanço do paradigma da Educação Inclusiva tem trazido grandes desafios à educação. A própria Educação Especial vem tendo que redimensionar o seu papel, antes restrito ao atendimento direto dos educandos com necessidades especiais, para se constituir, cada vez mais, num sistema de suporte para a escola regular que tenha alunos especiais incluídos. Isso significa que a Educação Especial é hoje concebida como um conjunto de recursos que a escola regular deve ter à sua disposição para atender a diversidade de seus alunos. (GLAT; PLETSCHE, 2004).

Segundo Coll, Palácios e Marchesi (1995, p. 324) “A igualdade entendida como diversidade, como desenvolvimento das potencialidades educacionais através de uma oferta múltipla, pressupõe uma escolha decidida da inclusão escolar”.

O desenvolvimento de alunos com necessidades especiais ocorre mediante alternativas distintas visualizadas pelos gestores e educadores escolares, que distinguem a importância de desenvolver a aprendizagem adaptando seus conhecimentos em suas ações educacionais, para que assim, os conhecimentos desses alunos se tornem idênticos e com o mesmo grau dos outros alunos.

Segundo Gagné (1974, p.2) "a aprendizagem depende em grande parte dos acontecimentos que se realizam no ambiente com o qual o indivíduo interage".

Parolin (2006) ressalta que aprender e fazer aprender exige que se concilie o inconciliável, a liberdade e o rigor, a abertura aos outros e a concentração, a estruturação e a plasticidade.

Para Nóvoa (2006) a qualificação do gestor e de professores, se constitui numa forma de fortalecimento da qualidade do atendimento aos alunos no seu conjunto e da crença dos professores de que podem construir novas alternativas e desenvolver novas competências.

GESTÃO ESCOLAR INCLUSIVA

O gestor escolar é peça fundamental para o desenvolvimento pedagógico, pois ele é capaz de garantir abertura de novos espaços à transformação do cotidiano escolar. Para que suas ações tenham efeito satisfatório no processo de inclusão, a flexibilidade no seu trabalho é uma das condições indispensáveis, tendo em vista que deverá considerar a diversidade de opiniões. E ao buscar eficiência em seu trabalho deve atentar a influência da cultura de toda a comunidade escolar, mas não se utilizando apenas de argumentos, mas também aplicações concretas. (SAGE, 1990)

O gestor tem grande importância na escola sendo necessário que ele busque sua atuação baseada na diversidade. Em consequência da liderança que exerce, todos que compõem este ambiente estarão se espelhando em suas ações, neste sentido deve ser o primeiro a ter consciência da importância da escola inclusiva implementando práticas que favoreçam este princípio, dando a escola unidade, e não atribuir dois espaços: um de ensino regular e um de educação especial. Concebendo-o como um todo e não compartimentado. Neste cenário, a escola torna-se responsável por todos educandos, e não apenas por alunos regulares ou os ditos "especiais", integrando-os ao trabalho com especialistas e toda a equipe.

É importante ressaltar que o novo traz receios, e o gestor deve estar atento a este temor, encorajando todos os participantes do processo de inclusão a uma busca de novas práticas, apoiando o corpo docente para a aquisição de uma atitude inclusiva, respeitando sempre a individualidade de cada um. (CAVALCANTE, 2005)

MEC (2004, p. 23) nos chama a atenção quanto ao suporte necessário aos educadores e gestores em prol de uma escola inclusiva.

É importante que o procedimento de acesso ao sistema de suporte disponível seja regulamentado pela escola, para evitar que o professor tenha que buscar ajuda apenas por iniciativa própria. A busca por iniciativa própria sobrecarrega o professor e deixa sem suporte o professor que não tem essa iniciativa. No

primeiro caso, se fortalece a cultura de que a busca de soluções para problemas no ensino não é responsabilidade da gestão da escola, enquanto que no segundo, penaliza o processo de aprendizagem e o alcance dos objetivos reais da educação.

O processo de inclusão depende de toda comunidade escolar, onde cada um deve cumprir com seu papel. Sendo assim professores e gestores devem se atentar para as cobranças a ser realizada para com o sistema educacional, que por lei deve dar suporte educacional, estrutural e de formação para que o processo inclusivo ocorra de forma eficiente, atendendo assim as necessidades verdadeiras dos indivíduos a serem incluídos.

Também (UNESCO,P.143) através da Declaração de Salamanca sinaliza:

Administradores locais e diretores de escolas podem ter um papel significativo quanto a fazer com que as escolas respondam mais às crianças com necessidades educacionais especiais desde que a eles sejam fornecidos a devida autonomia e adequado treinamento para que possam fazê-lo. (...) Uma administração escolar bem sucedida depende de um envolvimento ativo e reativo de professores do pessoal e do desenvolvimento de cooperação efetiva de trabalho em grupo no sentido de atender as necessidades dos estudantes.

Isto nos remete a uma educação de qualidade, implicando na forma que a gestão escolar é exercida, sendo mais coerente, deixando o espaço dos gabinetes, e buscando o profundo conhecimento do que realmente ocorre nas salas de aula participando ativamente. A partir destes princípios não há diferença no trabalho cotidiano, o que é preciso é a agregação desses valores para toda a escola, ou seja, corpo administrativo, técnico, pedagógico e comunidade. (LIBÂNEO, 2004)

CONCLUSÕES

De acordo com estudos realizados, ficou claro que as pessoas com necessidades educacionais especiais podem e tem o direito de estudar em uma escola de ensino regular, bem como exercer sua função de cidadão.

Com relação ao ambiente e ao gestor escolar, é evidente que estes estejam cientes de suas funções frente aos desafios de uma educação inclusiva, visando melhorar estruturas físicas e pedagógicas de acordo com as especificidades apontadas para as realidades do contexto inclusivo.

Entretanto para que essa realidade tão esperada aconteça de fato o gestor deve realizar seu trabalho pautado em uma gestão democrática, onde todos os envolvidos no processo ensino aprendizagem realizem um trabalho integrado objetivando a transformação da escola: sendo

ambiente de estudo, mas também um lugar onde todos compreendam as necessidades específicas de cada um, tendo “empatia”, ou seja, a capacidade de se colocar no lugar do outro.

É preciso que todos os gestores tenham consciência de que a escola só será acolhedora a partir de um processo educativo comprometido com a inclusão, especificamente dos alunos com necessidades educacionais especiais, tornando-se uma escola aberta e sua gestão verdadeiramente democrática.

REFERÊNCIAS

ALARCÃO, I. **Professores reflexivos em uma escola reflexiva**. São Paulo: Cortez, BUENO, José Geraldo Silveira. **Educação especial brasileira: integração** GÓES, Maria Cecília Rafael; LACERDA, Cristina Broglia Feitosa. **Surdes, processo** Sant’Ana, Izabella Mendes. **Educação Inclusiva: Concepções De Professores E Diretores**. Maringá 2005.

CAVALCANTE, Meire. **Como criar uma escola acolhedora**. In: Nova Escola. mar, ed 180. São Paulo: Abril, 2005.

COLOMBO, I. WELTER. E. **Perguntas e respostas sobre a legislação e a atividade docente**. Curitiba: Reproset Editora Gráfica, 2004.

Congresso Nacional. Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394). Brasília, Centro Gráfico, 1996.

COOL, C; PALACIOS, J; MARCHESI, A. **Desenvolvimento psicológico e educação: necessidades educacionais especiais e aprendizagem escolar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

FERNANDES, S. **Fundamentos para educação especial**. Curitiba: Ibex, 2006.

GAGNÉ, R.M., **Como se realiza a aprendizagem, Livros técnicos e científicos**, 1ª ed. editora S.A, 1974.

GLAT, R. & PLETSCHE, M. D. O papel da universidade frente às políticas públicas para Educação Inclusiva. Revista Benjamim Constant, nº 29, 2004.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 5 ed. revista e ampliada. Goiânia: Alternativa, 2004.

MAZZOTTA, M. J. S **Educação Especial no Brasil: História e Políticas Públicas**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2003.

Ministério da Educação. (2004). **Censo Escolar**. Brasília: MEC/INEP/SEEC. <http://www.inep.gov.br>. Acesso em 01 de maio de 2011.

MONTOAN, M. T. E; **Inclusão escolar – o que é? Por quê? Como fazer?** Campinas, 2006.

NEVES, C. M.de C. **O projeto pedagógico da escola na Lei de Diretrizes e Bases**. São Paulo: Pioneira, 1998.

NÓVOA, A. **A formação de professores e a profissão docente**. São José dos Campos: Pulso Editorial, 2006.

PAROLIN, I. C. H. **Aprendendo a Incluir e Incluindo Para Aprender**. São José dos Campos: Pulso Editorial, 2006.

PIAGET, J. VYGOTSKY, L. S. WALLON, H. OLIVEIRA, M. K. DANTAS, H. **Teorias psicogenéticas em discussão**. São Paulo: Samus, 1992.

SEED. **Salto para o futuro: Educação Especial: tendências atuais**. Brasília: Ministério da Educação, 1999.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 22. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2002.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e Enquadramento da Ação na Área das Necessidades Educativas Especiais**. Ministério da Educação e Ciência de Espanha: Salamanca, Espanha, 1994.